

informação

assembleia municipal almada

setembro/outubro
2019 #17



ATIVIDADE EM PLENÁRIO

Para conhecimento e acompanhamento da atividade da Assembleia Municipal em Plenário, informa-se que se realizou a 1ª, 2ª e 3ª reuniões da sessão plenária ordinária referente ao mês de setembro nos dias 27 e 30 de setembro e 23 de outubro de 2019 em que além do período de intervenção dos cidadãos, foram aprovadas por iniciativa própria ou por proposta da Câmara Municipal, as seguintes deliberações:

DELIBERAÇÕES

- 01 – Voto de Pesar pelo falecimento de Lara Crespo
- 02 – Voto de Pesar Incêndios na Amazônia
- 03 – Voto de Pesar pelo falecimento de Carlos Rodrigues
- 04 – Saudação Requalificação do Parque Atlântico
- 05 – Voto de Saudação 1º Encontro Municipal de Justiça, Segurança e Saúde Animal
- 06 – Moção/Deliberação Preservar o ambiente e a natureza, prevenir as alterações climáticas
- 07 – Voto de Saudação Pelo projeto habitacional de Almada Poente e Programa 1º Direito
- 08 – Voto de Saudação à surfista Mafalda Lopes
- 09 – Voto de Saudação pela expansão da Escola Carlos Gargaté
- 10 – Voto de Saudação ao 40º Aniversário do Serviço Nacional de Saúde
- 11 – Transferência de competências da Administração Central para as Autarquias Locais para o ano de 2020 (DL 101/2018; DL 104/2018; DL 20/2019; DL 21/2019; DL 22/2019; DL 23/2019)
- 12 – Transferência de competências da Administração Central para as Autarquias Locais para o ano de 2019
- 13 – Ratificação da deliberação da 3ª Comissão Permanente da Assembleia Municipal de Ambiente e Qualidade de Vida
- 14 – Procedimentos concursais:
 - 14.1 – Procedimento concursal para provimento de cargo de direção intermédia de 2º grau – Chefe de Divisão Administrativa - SMAS
 - 14.2 – Procedimento concursal para provimento de cargo de Diretor Delegado - SMAS
 - 14.3 – Alteração da composição de júri do procedimento concursal tendente ao recrutamento de Diretor de Departamento de Administração Geral e Finanças (cargo de Direção Intermédia de 1º Grau)
 - 14.4 – Procedimento concursal para provimento de cargo de Diretor do Departamento de Projetos e Obras - SMAS
- 15 – Minuta de Protocolo de Colaboração Técnica e Financeira a celebrar entre o Fundo Ambiental, a Câmara Municipal de Almada e a Agência Portuguesa do Ambiente
- 16 – 2ª Revisão do Orçamento 2019 e das Grandes Opções do Plano
- 17 – Alteração à licença de Loteamento do L722/93 para construção do Edifício “Residência de Nossa Senhora da Piedade
- 18 – Minuta de Acordo a celebrar entre a Câmara Municipal de Almada e a REN
- 19 – Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios
- 20 – Participação do Município na Associação de Turismo de Lisboa
- 21 – Deu-se ainda conhecimento aos Senhores/as Deputados/as Municipais da proposta da Câmara Municipal sobre “Aprovação da declaração de alteração por adaptação dos Planos Municipais de Ordenamento do Território (PMOT) em vigor, com vista à integração, e consequente compatibilização das normas do Programa da Orla Costeira de Alcobaça-Cabo Espichel (POC-ACE)”

O texto completo destas deliberações pode ser consultado no site da Assembleia Municipal de Almada, em Editais/Editais 2017-2021 (2º ano), editais a partir do 281/XII-2º, assim como nas Atas nºs 34, 35 e 36/XII-2º.

www.m-almada.pt/assembleiamunicipal
geral.assembleia@cma.m-almada.pt



**40.º
Aniversário
do Serviço
Nacional
de Saúde**

Assinala-se este ano o quadragésimo aniversário da criação do Serviço Nacional de Saúde (SNS), uma das maiores e mais importantes conquistas do pós-25 de abril.

Sob proposta do Partido Socialista, ainda que com os votos contra, em votação final global, do PSD e do CDS, foi aprovada e publicada a Lei n.º 56/79, de 15 de setembro, que concretizou o direito à saúde previsto no artigo 64.º da Constituição da República Portuguesa.

Esta foi uma vitória da democracia, a qual não teria sido possível sem o papel decisivo de António Arnaut, que enquanto Ministro dos Assuntos Sociais, com as pastas da Saúde e da Segurança Social, foi o principal impulsionador da medida.

Em 1979 foi, assim, assumido o compromisso de que o Estado garante o acesso a cuidados de saúde a todos os cidadãos, independentemente da sua condição económica e social, através de um SNS universal e tendencialmente gratuito, que assegure a proteção da saúde individual e coletiva.

O SNS mudou drasticamente a vida dos portugueses, sobretudo dos mais pobres e desfavorecidos, cujo acesso a uma “simples” consulta médica era até então uma realidade distante, tendo contribuído decisivamente para a redução das desigualdades, para o aumento da esperança média de vida e para a melhoria na qualidade de vida dos portugueses, colocando Portugal, ao longo dos anos, ao nível (ou acima, em muitos aspetos) do resto da Europa.

Se hoje Portugal tem, por exemplo, uma das mais baixas taxas de mortalidade infantil do mundo, segundo os últimos dados divulgados pela Organização Mundial de Saúde no passado dia 19 de setembro, deve-o ao SNS.

As exigências atuais são diferentes das que existiam em 1979, mas não se podem descurar as necessidades crescentes de melhoria da qualidade do SNS e a importância de investimento público na área da saúde, reforçando e modernizando os serviços.

Esta valorização do SNS foi uma marca presente do trabalho dos últimos quatro anos do governo do Partido Socialista que agora cessa funções e que, apesar de todos os constrangimentos orçamentais que o país ainda enfrenta, se materializou num aumento da despesa em saúde de 8 mil e oitocentos milhões de euros para 10 mil e seiscentos milhões de euros.

Existem hoje mais 11 mil profissionais ao serviço no SNS (entre médicos, enfermeiros, técnicos de diagnóstico e outros), foi possível fazer mais 20 mil intervenções cirúrgicas do que há quatro anos e ter mais 700 mil consultas nos cuidados primários.

Para além disso, foi também revista a lei de bases da saúde, reforçando o compromisso do estado para com o Serviço Nacional de Saúde, enquadrando os operadores privados apenas de forma supletiva e temporária (nos casos em que o SNS não tenha uma resposta adequada) ao contrário da lei aprovada durante o Governo do PSD liderado por Cavaco Silva, em 1990, que equiparava o SNS aos prestadores privados e previa mesmo o apoio ao desenvolvimento do setor privado em concorrência com o setor público.

Apesar de tudo isto, é certo que há muito trabalho a fazer, especialmente se tivermos em linha de conta as alterações à composição demográfica do nosso país obrigam a cada vez mais atenção e investimento para que mantenhamos a excelência do nosso SNS.

É por isso oportuno, por ocasião do seu quadragésimo aniversário, que o compromisso com a sua melhoria seja salientado e reforçado pelo Partido Socialista, não apenas enquanto partido tem a ambição de ser governo nos próximos anos, mas também e fundamentalmente enquanto partido que teve o papel mais relevante na criação e construção do Serviço Nacional de Saúde universal de que hoje nos podemos orgulhar.

Grupo Municipal do **Partido Socialista (PS)**
e-mail: c-almada@ps.pt

A Assembleia Municipal aprovou com os votos do PS, PSD, BE, PAN e CDS-PP uma proposta da Câmara Municipal que assume um impacto negativo para as populações e agentes económicos da Charneca de Caparica: a alteração do traçado da Linha de Muito Alta Tensão Fernão em troço enterrado próximo das habitações, comércio e outros serviços.

A aceitação pelo município da proposta da REN de forma acrítica é perigosa e irresponsável.

A maioria que se formou para aprovar esta proposta, não levou em linha de conta a forma como este processo foi conduzido pelo executivo municipal, que colocou em causa o direito à participação das populações nas decisões sobre questões fundamentais para a sua vida.

Por isso a CDU propôs, de forma fundamentada, que esta matéria fosse melhor estudada, melhor compreendida, e sobretudo a formação da decisão fosse mais participada por quem por ela será diretamente afetado. A maioria da Assembleia Municipal entendeu, lamentavelmente, que assim não deveria acontecer.

Porque de facto, aquele que foi até Outubro de 2017 um processo amplamente participado e transparente, envolvendo todos os órgãos eleitos do Município e das Freguesias interessados, e outras instituições e associações representativas das pessoas afetadas pela instalação desta infraestrutura elétrica, transformou-se num processo não participativo, subtraído aos olhares, mas sobretudo ao escrutínio dos interessados.

Mesmo a Câmara Municipal e a Assembleia Municipal foram, enquanto órgãos autárquicos, afastados deste processo.

A CDU sublinha que a deliberação da Câmara Municipal sobre esta matéria foi tomada sem que Vereadores, pelo menos os vereadores eleitos pela CDU, conhecessem a documentação relevante sobre este processo, a qual apenas foi disponibilizada pelo executivo municipal aos Deputados Municipais escassos dias antes da discussão no órgão deliberativo do município.

É dito aos Almadenses que o novo traçado da LMAT possui já a necessária licença de estabelecimento emitida pela entidade competente, a Direção Geral de Energia e Geologia.

Pretende-se fazer crer que está tudo bem, está tudo decidido, e bem decidido, tudo nos conformes da lei e do direito, porque quem tem a competência para se pronunciar já se pronunciou, e disse que sim, pode avançar o projeto.

Ao contrário, a CDU entende que estamos muito longe de que esteja tudo bem, porque não está garantida a qualidade nem a segurança deste processo.

Na documentação disponibilizada percebemos que existem fragilidades incompreensíveis e inaceitáveis, entre as quais a existência de pareceres obrigatórios que não são totalmente favoráveis ao projeto, e mesmo um parecer negativo que não se encontra ainda superado.

Uma das maiores fragilidades deste processo prende-se, entretanto, com a reiterada recusa em proceder a uma avaliação do impacto ambiental desta infraestrutura, com o argumento de que a lei não prevê a sua obrigatoriedade, pelo que é dispensável a sua realização.

A CDU discorda desta posição. Entendemos que assistem neste processo todas as razões para a realização dessa avaliação, e connosco concordam os técnicos que produziram o Relatório Técnico encomendado pelo Governo e o próprio processo de 2006, no quadro do qual, e perante as mesmas disposições legais aplicáveis, foi concretizado um estudo de impacto ambiental, que incluiu mesmo a avaliação de uma solução enterrada da linha, pelo que numa posição construtiva e responsável propôs a retirada da proposta da discussão e a constituição de uma Comissão Eventual de Acompanhamento deste processo, de modo a garantir uma maior segurança e qualidade da decisão a tomar.

A CDU reitera a sua intransigente defesa dos interesses das populações, na salvaguarda da saúde e bem-estar dos cidadãos. Perante a ausência de certezas científicas absolutas e inabaláveis relativamente aos impactos deste tipo de infraestruturas na saúde humana, sempre defendemos e continuaremos a defender que o princípio da precaução é o caminho mais adequado a uma decisão de qualidade e segura.

Perante esta posição da CDU, assumida com toda a responsabilidade e frontalidade, e fundada em argumentos concretos e objetivos, a resposta que ouvimos da parte da Presidente da Câmara Municipal, foi mandar os eleitos da CDU “caçar gambuzinos”. Uma declaração imprópria de quem assume a presidência de uma Câmara Municipal, mas que é em si mesma reveladora da inconsistência da posição que a Câmara Municipal procurou e conseguiu impor, e da razão que assiste à CDU na posição de cautela e precaução que a Assembleia Municipal, infelizmente, não quis prosseguir.



Cumprem-se neste mês de outubro de 2019 dois anos de um mandato autárquico que rompeu com um passado imobilista e um modelo esgotado. Estamos a meio deste caminho e, reconhecendo que ainda há muito por fazer, é oportuno realçar alguns objetivos que foi já possível concretizar. O PSD está na Câmara e na Assembleia Municipal a cumprir os compromissos que assumiu perante os Almadenses, contribuindo na medida da sua representatividade para transformar Almada num Concelho com mais oportunidades e mais qualidade de vida para todos. Está em vigor o IMI familiar, que permitiu uma mais que justa redução do IMI para famílias com filhos; e iniciou-se a devolução do IRS aos municípios, ainda aquém do que desejaríamos mas num sinal claro de que valorizamos a redução da carga fiscal suportada pelos Almadenses. Na Assembleia Municipal, participamos ativamente no escrutínio da ação do Executivo. Solicitamos informação, pedimos responsabilidades, exigimos conhecer os processos de decisão. Acompanhamos em detalhe as matérias discutidas nas Comissões Permanentes da Assembleia Municipal, desde os problemas com os transportes, a educação ou a prestação de cuidados de saúde, a questões relacionadas com o ordenamento do território. Alertamos para os problemas que urge resolver e estamos sempre disponíveis, tal como os eleitos do PSD na Câmara Municipal, para ouvir os nossos municípios. Defendemos que a transparência da gestão pública é uma obrigação e um elemento fundamental da vida democrática. Propusemos a criação do Portal da Transparência e fizemos aprovar a realização de uma auditoria independente à gestão da CDU no mandato anterior. Importa conhecer e avaliar a realidade que a atual gestão autárquica encontrou. Sem demagogias, sem acusações gratuitas, com verdade, para que as responsabilidades possam ser devidamente atribuídas. Porque só assim contibuiremos para o reforço da confiança que queremos que os Almadenses depositem no PSD.

Grupo Municipal do **Partido Social Democrata (PSD)**
e-mail: psdalmada@gmail.com



Em Assembleia Municipal de Almada realizada em 27 e 30 de Setembro, o Grupo Municipal do Bloco de Esquerda apresentou um voto de pesar pelo falecimento de Lara Crespo, activista presente nos momentos marcantes da história do movimento trans em Portugal. Vítima de segregação e opressão transfóbica por parte da sociedade, que em pleno século XXI continua a ser assustadoramente moldada por preconceitos discriminatórios, reveladores de total e absoluto repúdio pela igualdade e universalidade de direitos para todas e para todos. O Bloco de Esquerda foi, é e será sempre uma voz incansável na denúncia e no combate a todo o tipo de discriminação que potencia a violência, as desigualdades e as injustiças sociais. No decorrer da sessão da Assembleia Municipal denunciámos também uma questão específica relativa à WeMob (Ecalma), em que os proprietários de viaturas que tenham sido rebocadas por esta empresa estão impossibilitados de proceder ao seu resgate a partir do horário das 18:00 horas, causando assim enormes transtornos e inconvenientes a quem se encontre nessa situação. O Grupo Municipal do Bloco de Esquerda questionou ainda o executivo da autarquia acerca da aplicação de herbicidas no concelho de Almada e o porquê da inexistência da afixação de avisos prévios, como é (e deve ser) prática normal e corrente sempre que este tipo de produtos é utilizado. A sessão da Assembleia Municipal prosseguirá no próximo dia 23 de outubro, com outros pontos em discussão e sobre os quais o Bloco de Esquerda não deixará de intervir, sempre com a mesma firmeza e na defesa dos interesses dos cidadãos e cidadãs.

Grupo Municipal do **Bloco de Esquerda (BE)**
e-mail: almadabloco@gmail.com



O mês de junho terminou, no nosso Concelho, com a realização do "I Encontro Municipal de Justiça, Segurança e Saúde Animal". O evento reuniu, durante dois dias, entre outras entidades, juristas, várias Associações e grupos informais envolvidos na promoção da saúde e bem-estar animal, que abordaram questões legais e problemas com os quais se confrontam diariamente. Foi ainda possível conhecer o projeto de implementação da Provedoria dos Animais de Almada, em desenvolvimento pelo médico veterinário, Dr. Nuno Paixão. Pela importância deste encontro, ao qual deverão seguir-se as devidas ações práticas incidentes sobre as problemáticas consensualizadas, apresentámos na última sessão de Assembleia Municipal um Voto de Saudação, unanimemente aprovado. Nota ainda para a aprovação, também unânime, de um voto de pesar do PAN pelos trágicos incêndios na Amazônia cuja devastação e perda irreparável de biodiversidade comprometem a sobrevivência das populações indígenas e de milhares de animais.

Grupo Municipal do **Partido Pelos Animais e Pela Natureza (PAN)**
e-mail: almada.pan@gmail.com



O CDS-PP ver implementado no concelho a figura do Provedor para o Idoso, de forma a que aquela população de idade avançada possa ver reforçado não só os seus direitos como também ver melhorada a sua qualidade de vida. A ideia não sendo pioneira no país e ao nível municipal, está ainda muito pouco desenvolvida, e aproveitando o concelho de Almada com uma população com a idade muito avançada, esta deve ser uma prioridade. Orientar, proteger, encaminhar e salvaguardar a aplicação de medidas e políticas direccionadas para uma faixa etária mais elevada, devem ser palavras de ordem e compromissos a assumir pelo novo Provedor para o idoso em Almada que o CDS-PP deseja ver implementado, servindo ainda como mediador entre o idoso e as diversas entidades e organismos, apreciando reclamações, salvaguardando direitos e prevenindo falhas detectadas. O mesmo deverá pautar-se pela isenção ao poder político, actuando e exercendo a sua função em total imparcialidade, independência e autonomia relativamente aos órgãos municipais agindo em nome do cidadão.

Grupo Municipal do **Partido Popular (CDS/PP)**
e-mail: cds.almada@gmail.com

Informações úteis

Transmissão on-line das sessões da Assembleia Municipal:

É possível assistir em direto, através da Internet, às sessões da Assembleia Municipal.

Aceda aos links existentes em www.m-almada.pt/assembleiamunicipal e em www.youtube.com/cmalmada



Assembleia Municipal de Almada

Av. Bento Gonçalves, 20 Int. Esq.º Cova da Piedade 2805-101 Almada

Tel.: 21 272 4014 21 274 8768 Fax: 21 276 62 63 e-mail: geral.assembleia@cma.m-almada.pt

Horário: 9H15 – 12H30 | 14H00 – 17H30